

MPF pede na Justiça que Cunha e sua mulher devolvam R\$ 24,4 mi

A força-tarefa dos procuradores da operação “lava jato” entrou nesta segunda-feira (13/6), na Justiça Federal em Curitiba, com uma ação de improbidade administrativa contra o presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a mulher dele, Cláudia Cruz, o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Jorge Zelada e mais dois investigados.

Reinaldo Ferrigno/Agência Câmara



Eduardo Cunha é alvo de ação de improbidade administrativa apresentada pela força-tarefa da "lava jato".

Reinaldo Ferrigno/Agência Câmara

Na ação, os procuradores pedem que Cunha seja condenado à devolução de R\$ 20 milhões, montante referente a valores movimentados em contas não declaradas no exterior, além da suspensão dos direitos políticos por dez anos. Se condenada, a mulher de Cunha deverá devolver o equivalente R\$ 4,4 milhões por ter sido beneficiada por valores depositados em uma das contas.

De acordo com o Ministério Público Federal, Cunha foi beneficiário de pelo menos US\$ 1,5 milhão de propina oriunda de um contrato de exploração da Petrobras no campo de petróleo em Benin, na África, em 2011. Na época, a Diretoria Internacional da estatal, responsável pelo contrato, era chefiada por Jorge Zelada, preso por causa das investigações.

Para os investigadores, o valor foi recebido pelo parlamentar em contas de *trusts* e *offshores* não declaradas na Suíça.

“Era tamanha a intenção do deputado federal Eduardo Cunha em ocultar a titularidade das contas mantidas na Suíça, que, em formulário próprio, solicitou encaminhamento de correspondência da instituição financeira para endereço nos Estados Unidos, sob alegação de que o serviço postal em seu país de origem não seria confiável”, afirmam os procuradores.

A ação por improbidade contra Cunha tramita na Justiça Federal por se tratar de matéria civil, que não tem relação com as imputações penais, que estão no Supremo. De acordo com a Constituição, só nas ações penais parlamentares têm foro por prerrogativa de função no STF. A ação criminal contra Cunha deverá ser julgada pela corte na semana que vem.

[Cinco ações de improbidade foram apresentadas](#) em fevereiro de 2015, mas ainda não têm sentença, enquanto pelo menos oito ações penais ligadas à “lava jato” e apresentadas na mesma época ou meses depois [já foram julgadas](#) pelo juiz federal Sergio Fernando Moro. Nas ações de improbidade, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que os casos [devem ficar com diferentes juízes](#). *Com informações da Agência Brasil.*

Clique [aqui](#) para ler a petição inicial.

Date Created

13/06/2016